



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM E SAÚDE**

PAULA LACERDA LEITE

**INCLUSÃO DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIA EM CURSOS DE
SAÚDE DO ENSINO SUPERIOR**

**JEQUIÉ/BA
2017**

PAULA LACERDA LEITE

**INCLUSÃO DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE
SAÚDE DO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, área de concentração em Saúde Pública.

LINHA DE PESQUISA: Educação em Saúde e Sociedade

ORIENTADORA: Profa. Dra. Ana Cristina Santos Duarte

**JEQUIÉ/BA
2017**

L533i Leite, Paula Lacerda.

Inclusão de discentes com deficiência nos cursos de saúde do ensino superior / Paula Lacerda Leite.- Jequié, 2018.

67f.

(Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação da Profa. Dra. Ana Cristina Santos Duarte)

1.Pessoas com deficiência 2.Educação especial 3.Educação superior
4.Inclusão educacional I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
II.Título

CDD – 371.9046

Rafaella Cândia Portela de Sousa - CRB 5/1710. Bibliotecária – UESB - Jequié

FOLHA DE APROVAÇÃO

LEITE, Paula Lacerda. **Inclusão de discentes com deficiência nos cursos de saúde do ensino superior**. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós Graduação em Enfermagem e Saúde, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié-Bahia. 2017.

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Ana Cristina Santos Duarte

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Marcos Henrique Fernandes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Examinador



Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Examinador

Jequié/BA, 24 de julho de 2017

AGRADECIMENTOS

Louvo a Deus pela benção de ingressar nessa jornada tão preciosa, pela fé e ânimo renovados a cada dia.

Agradeço a minha família que nasceu durante o percurso deste mestrado, meu esposo Ramon e meu filho Dante, razão do meu propósito de viver.

Aos meus pais e minhas irmãs que pacientemente ouviram cada título que essa dissertação já teve e nunca se cansaram. Obrigada pela ajuda, palavras de incentivo, cuidados com Dante e amor incondicional.

A minha falecida pequena Izzie que esteve ao meu lado durante as longas noites em que me preparei para a seleção.

A Prof.^a Dr.^a Ana Cristina, pela confiança e gentileza com que orientou este trabalho, mas principalmente pelo carinho desde a primeira leitura do projeto até os momentos de cansaço finais. Uma orientadora tão humana, munida de compaixão e afetuosidade fizeram a minha jornada valer a pena. Meu respeito e admiração!

Ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pela qualificação profissional oferecida com grandiosidade.

Aos professores Prof. Dr. Marcos Henrique Fernandes e Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza por contribuírem grandemente para a qualidade deste trabalho.

Aos colegas e amigos que contribuíram com leituras e ricas opiniões. A todos que direta ou indiretamente contribuíram para o sucesso deste trabalho, meus sinceros agradecimentos!

LEITE, Paula Lacerda. **Inclusão de discentes com deficiência nos cursos de saúde do ensino superior**. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós Graduação em Enfermagem e Saúde, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié-Bahia. 2017. 67p.

RESUMO

A educação inclusiva compreende um processo dentro do contexto ensino-aprendizagem de inclusão de pessoas com deficiência numa rede de ensino. A inclusão está relacionada à aceitação e acolhimento da diversidade em todos os aspectos, sendo a universidade um espaço propício ao exercício da cidadania. Diante desses apontamentos, este estudo se caracterizou como uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, envolveu um levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturada com os indivíduos imersos na realidade pesquisada, contribuindo com suas experiências e vivências. Participaram da pesquisa discentes e docentes da área dos cursos da área de saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e que realizavam acompanhamento com o Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência. Os dados foram analisados e categorizados através da análise de conteúdo temática, gerando categorias e resultando em dois manuscritos. No manuscrito 1, foi observado através dos relatos, concepções relativas à vivências e significados dos discentes e docentes de uma instituição de ensino superior público, verificando a necessidade em se desenvolver práticas inclusivas, atuar na promoção de responsabilidade coletiva e proporcionar a integração dos alunos com deficiência, promovendo apoio pedagógico ideal e mais justo. No manuscrito 2, observou-se a importância de estudos com essa abordagem, desvendando as necessidades dos discentes no convívio acadêmico, na formação docente bem como as dificuldades enfrentadas por estes.

Descritores: Pessoas com Deficiência. Educação Especial. Educação Superior. Inclusão Educacional.

LEITE, Paula Lacerda. **Inclusion of students with disabilities in higher education health courses.** Dissertation [Master's]. Post Graduate Program in Nursing and Health, State University of Southwest Bahia, Jequié – BA. 2017. 67p.

ABSTRACT

An inclusive education of people with disabilities in a teaching network. An inclusion is related to the acceptance and acceptance of diversity in all aspects, being the university a space conducive to the exercise of citizenship. This study is characterized as a descriptive and exploratory research, with a qualitative approach, involving a bibliographical survey and semi - structured interview with the resources immersed in the researched reality, contributing with their experiences and experiences. Participated in the research and field offices of the health area courses of the State University of Southwest of Bahia and performed follow-up with the Inclusive Actions Center for People with Disabilities. The data were analyzed and categorized through the analysis of thematic content, generating categories and resulting in two manuscripts. In the manuscript 1, it was observed through the reports, conceptions related to the experiences and meanings of the documents and teachers of public higher education, verifying a need to develop inclusive practices, updated by promotion and responsibility. promoting adequate and fair pedagogical support. In manuscript 2, it was observed the importance of studies with this approach, revealing as the needs of the students in the academic conviviality, in the teacher training as well as difficulties faced by them.

Descriptors: Disabled Persons. Special Education. Higher Education. Mainstreaming Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

DISSERTAÇÃO

Quadro 1 - Características dos participantes da pesquisa.....	24
--	----

MANUSCRITO 1

Quadro 1 - Distribuição da análise do corpus em categorias iniciais, intermediárias e final.....	31
---	----

MANUSCRITO 2

Quadro 1 - Distribuição das categorias de análise em iniciais, intermediárias e final.....	45
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. OBJETIVOS	13
2.1. OBJETIVO GERAL	13
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3. REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1. ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	14
3.2. INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR	17
4. MATERIAIS E MÉTODOS	19
4.1. TIPO DE PESQUISA	19
4.2. CAMPO E CENÁRIO DA PESQUISA	19
4.3. PARTICIPANTES DO ESTUDO.	20
4.4. INSTRUMENTOS E TÉCNICAS PARA COLETA DE INFORMAÇÕES	22
4.5. MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS	22
4.6. ASPETOS ÉTICOS DA PESQUISA	23
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	24
5.1. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS EM FORMATO DE MANUSCRITO	24
MANUSCRITO 1	26
MANUSCRITO 2	40
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICES	57
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DISCENTES	58
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DOCENTES	60
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	62
ANEXOS	64
ANEXO A - LISTA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA ATENDIDOS PELO NAIPD	65
ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DE ÉTICA EM PESQUISA	66

1 INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência sempre foram excluídas da sociedade, impedidas de frequentar ambientes como escolas e universidades, dentre outros espaços, devido ao preconceito, as barreiras arquitetônicas, as dificuldades de transporte e/ou de comunicação que dificultam a inserção e o convívio social (BARBOSA; DUARTE, 2009). Entretanto, nas últimas décadas a exclusão deixou de ser comumente aceita para ser considerada um desafio a ser superado, no sentido de que todas as pessoas sejam incluídas na sociedade.

Segundo Silva e Frota (2011) a inclusão se constitui na habilidade aceitar diferenças e diversidades acerca das pessoas, com o intuito de assegurar o acesso equânime de oportunidades, mas especificamente no âmbito educacional. Entretanto, o processo de inclusão educacional não diz respeito somente ao acesso do ensino básico às universidades, deve garantir a permanência e a aprendizagem em sua integralidade.

A educação inclusiva é hoje um direito estabelecido por lei e assegura o acesso à educação para todos os alunos sem distinção, com a devida identificação das necessidades de cada estudante tendo ele qualquer deficiência (DUEK, 2014). No Brasil, a inclusão foi impulsionada, a partir de 1990, com alguns documentos legais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da Organização das Nações Unidas – ONU, a Declaração de Salamanca (1994) – Princípios, Política e Prática em Educação Especial, proclamada na Conferência Mundial de Educação Especial sobre Necessidades Educativas Especiais, que reafirmam o compromisso da Educação para Todos e reconhece a necessidade de prover educação para os indivíduos com necessidades educacionais especiais, no sistema regular de ensino (UNESCO, 1994).

Também o governo brasileiro vem instituindo políticas educacionais que expressam o compromisso com a educação inclusiva, através do Ministério da Educação (MEC), por meio de legislações, programas e documentos norteadores cujo objetivo é o de ampliar o acesso ao ensino, orientar a prática dos professores, e garantir a permanência de todos na escola, independente da deficiência

apresentada (GUIMARÃES, 2011). Foi publicada a Política Nacional de Educação Especial (1994), intuito de integrar (com foco no modelo clínico de deficiência), os estudantes com deficiência ao ensino regular em instituições especiais de ensino.

O importante estímulo para a inclusão no Brasil foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, que obriga o Estado garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso de alunos com deficiência, preferencialmente, no ensino público regular (BRASIL, 1996).

O Ministério da Educação afirma na Resolução do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB-02, 2001), que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas se organizarem para o atendimento aos estudantes com necessidades especiais, assegurando-lhes as condições essenciais para um ensino de qualidade (BRASIL, 2001).

O acesso de pessoas com deficiência em Instituições de Ensino Superior foi avançando, sendo criado em 2005 pelo MEC o Programa Incluir, que só foi efetivamente implantado em 2011, visando institucionalizar ações de política de acessibilidade na educação superior (BRASIL, 2013).

Segundo o Censo da Educação Superior do MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (MEC/INEP, 2014) o registro de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior aumentou quase 50% nos últimos quatro anos, sendo a maioria em cursos de graduação presenciais. Em 2013 eram quase 30 mil alunos, enquanto em 2010 eram pouco mais de 19 mil (BRASIL, 2014). Tal informação mostra que a educação brasileira começa a moldar-se num processo inclusivo motivado pelo conceito da educação inclusiva.

A partir do ingresso de pessoas com deficiência na universidade, inicia-se um novo ciclo nas vidas dessas pessoas e no contexto acadêmico, pois uma experiência que parecia distante para os que apresentam alguma deficiência, passou a se tornar mais possível, não apenas pela criação e implantação de políticas públicas de inclusão, mas também pelos movimentos e lutas das próprias pessoas com deficiência, das famílias, grupos organizados, pelos meios de comunicação que têm impulsionado mudanças na sociedade (FARO; GUSMAI, 2013).

Porém, a permanência na graduação desses acadêmicos é um desafio enfrentado e requer medidas que facilitem e auxiliem nesse processo, como a formação continuada de professores, produção e adequação de recursos pedagógicos, assessoria psicopedagógica, adaptações de estruturas curriculares, bem como a reflexão e mudanças no comportamento e atitude dos envolvidos no processo educativo (PEREIRA et al., 2011).

Entretanto, apesar da ampla quantidade de leis e resoluções que asseguram o direito ao acesso e a permanência do aluno com deficiência no ensino superior, poucos estudos retratam a vivência e as dificuldades encontradas pelos discentes com necessidades especiais matriculados nos cursos de saúde, as adaptações para o ensino e os procedimentos pedagógicos adotados pelos docentes.

Nesse contexto, este trabalho visa contribuir para promoção de melhorias nos cursos de saúde no nível superior: ensino, a pesquisa e a extensão, uma vez que poderemos compreender as dificuldades encontradas pelos discentes e docentes e os meios encontrados para superá-las, sugerindo a realização de novos trabalhos na área, pois ainda é escassa a produção de pesquisas com essa temática específica.

Esclarecer os motivos que me levaram à desenvolver a presente pesquisa implicam em retomar parte da minha história pessoal e profissional. Ainda na minha infância tive o primeiro contato com crianças cegas onde formávamos uma única turma de música, sendo iniciados no aprendizado da flauta doce. Esta vivência fez despertar em mim uma visão de que quando se recebe a oportunidade de aprender todos são capazes de se desenvolver, o que trouxe grande influência pra minha escolha profissional de ser Fisioterapeuta.

Após 08 anos de experiência nas diversas áreas profissionais, como hospitalar e centros de reabilitação, ingressei na carreira docente, como professora substituta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tão logo surgiu um novo desafio, uma aluna cega que iria iniciar as atividades de estágio e me levou a diversos questionamentos sobre o quanto os docentes e a universidade estavam preparados para incluir a aluna nessa nova vivência, fundamental para a capacitação profissional dela. A partir dessas indagações surgiu esta pesquisa.

Diante do exposto, levantamos as seguintes questões a serem investigadas: qual a concepção de discentes e docentes acerca da inclusão de pessoas com deficiência na universidade? Quais os limites e possibilidades encontradas para a inclusão no ensino superior? Quais barreiras encontradas se constituem limitadores? Quais possibilidades emergem para a inclusão?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a inclusão de discentes com deficiência nos cursos de saúde do ensino superior

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a concepção de discentes e docentes acerca da inclusão de pessoas com deficiência nos cursos de saúde do ensino superior
- Verificar os limites e possibilidades para a inclusão de pessoas com deficiência nos cursos de saúde do ensino superior

3 REVISÃO DE LITERATURA

As pessoas com deficiência foram marcadas historicamente pela descrença, sentimentos de incapacidade e inferioridade. Se voltarmos na história, encontraremos, por vários séculos, a prática da exclusão social a que foram submetidas pessoas com deficiência, tendo em vista que eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar (SASSAKI, 1997).

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É imprescindível o domínio de conceitos e princípios da educação inclusiva para que se possa ser participante ativo na construção de uma sociedade igualitária e democrática, independentemente de cor, idade, gênero, tipo de necessidade especial e qualquer outro atributo pessoal. No campo educacional, essas contradições se mostram presentes e mesmo sendo um direito assegurado perante a lei, ainda há muitas pessoas com deficiência que encontram dificuldades em ter igualdade de oportunidade de acesso e, principalmente, de permanência na rede regular de ensino (GUIMARÃES, 2011).

A partir do século XX, houve uma mudança na concepção de pessoas com deficiência, especificamente no ano de 1948 com a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelecendo que toda a humanidade compartilha de valores comuns, considerados fundamento, inspiração e orientação no processo de crescimento e desenvolvimento da comunidade internacional, compreendida não apenas como uma comunidade constituída por Estados-nação independentes, mas também de indivíduos livres e iguais (ONU, 1948).

A partir da década de 1960 teve início em diversos países movimentos social em prol da educação inclusiva. Em países da Europa e nos Estados Unidos foi publicada uma lei que garantia o direito às pessoas com deficiência de frequentarem instituições de ensino (BARBOSA; DUARTE, 2009, AINSCOW, 2009).

Na década de 1990, ampliou-se a discussão acerca do alto índice de jovens sem escolarização, através da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, 1990, que teve como meta promover transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e permanência de todos na escola. Visando aprofundar a discussão da problemática dos aspectos de uma escola que não era acessível a todos, em 1994, ocorreu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Acessibilidade, promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO, onde diversos países marcaram presença através de seus representantes, inclusive o Brasil e teve como produto dessa discussão a Declaração de Salamanca (BRASIL, 2013).

Considerada um marco para a Educação Inclusiva, a Declaração de Salamanca é derivada da preocupação com a oferta da escola para todos e tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e metas de ação para que todas as crianças do mundo possam ter satisfeitas as necessidades básicas de aprendizagem (UNESCO, 1994).

Há quase de dez anos foi promulgada a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, tendo o propósito de promover, proteger e garantir o cumprimento pleno dos direitos humanos, onde podemos destacar o artigo 24 que assegura o direito ao ensino superior e ao treinamento profissional de acordo com a vocação individual (BRASIL, 2009). Os princípios e diretrizes desta convenção colaboram para fundamentar a formação de políticas públicas atualmente no nosso país (BRASIL, 2013).

A educação como um direito de todos está assegurada aos brasileiros em conformidade com o art. 205, da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no art. 206, Inciso I, regulamenta que o ensino ministrado para as pessoas deficientes deve ser baseado no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência. O primeiro passo do Brasil pela construção de um sistema educacional inclusivo foi dado ao se tornar signatário da Declaração de Salamanca, e desde então se instalou um processo de profundas transformações no sistema educacional brasileiro, que teve como desdobramento mudanças na legislação e na elaboração de diretrizes nacionais para a educação (REIS et al., 2010).

A reforma educacional atinge a organização da educação brasileira, principalmente a partir da Lei nº. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, onde a educação especial passa a ser reconhecida no artigo 58 como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1996).

Em 2005, o Ministério da Educação (MEC) lança o Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Incluir, que objetivava criar possibilidades para que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) organizassem propostas de ações voltadas para a inclusão dos alunos ao ensino superior. Em 2007, passou a integrar no Incluir as ações propostas pelo Plano de Desenvolvimento da Escola, criado pelo MEC para o aperfeiçoamento da gestão escolar democrática e inclusiva, a fim de incentivar a criação e/ou fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior (BRASIL, 2013).

No ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, evidencia que a transversalidade da educação especial no ensino superior deve ocorrer por meio de ações que desencadeiem o acesso permanente e a participação dos alunos (BRASIL, 2008).

Ao lançar em 2011 o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, o governo dispôs sobre a educação inclusiva com ações para a estruturação dos núcleos de acessibilidade nas IFES, que visassem eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringissem a participação e desenvolvimento do aluno (BRASIL, 2011).

Por fim, foi instituída no país a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em 06 de julho de 2015, sob o nº 13.146, com o objetivo de se garantir e promover, em condições de igualdade, o pleno direito e liberdades fundamentais a pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que a inclusão em educação resulta de um procedimento de transformação dos valores em ação, conforme práticas e serviços educacionais nos sistemas que incorporam esses valores (AINSCOW, 2009).

3.2 INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

A inclusão do discente com deficiência no ensino superior barra, principalmente, no despreparo da universidade, tanto na inadequação do espaço físico quanto na falta de atitudes pedagógicas inclusivas, como é revelado em diversos estudos.

Castro (2011) realizou um levantamento de discentes com deficiência em processo de inclusão no curso de educação física, onde os alunos consideraram como impedimento ao sucesso no ensino superior a presença das barreiras arquitetônicas e atitudinais como o preconceito dos colegas e professores, e o desrespeito à vaga privativa.

O modelo social da deficiência é imposto pela sociedade através das discussões acerca da necessidade de se romper as barreiras que impedem a inclusão das pessoas com deficiência, na universidade ou outros meios sociais, e assim, garantir a acessibilidade (PIMENTEL; SANTANA; RIBEIRO, 2013).

Um estudo realizado na Espanha mostrou o crescimento de discentes com deficiência com docentes de uma universidade que cresce cada vez mais o número de pessoas com deficiência ingressando no ensino superior e que, no entanto, há dificuldades na permanência destes, pois consideram que a acessibilidade ainda não é facilitada plenamente (RODRIGUEZ-MARTÍN; ÁLVAREZ-ARREGUI, 2015).

Castro (2011) em seu estudo sobre ingresso e permanência do estudante com deficiência nas universidades públicas brasileiras concluiu em seu extenso levantamento que as instituições vêm desenvolvendo ações inclusivas, porém ainda não suficientes. A autora ainda destaca inúmeros relatos de evasão escolar devido às barreiras encontradas.

Um estudo realizado em uma instituição de ensino superior em Portugal (FERNANDES; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2016), mostrou que a maior barreira encontrada pelos estudantes foi a inflexibilidade dos docentes concernentes ao relacionamento cotidiano na universidade.

Sob esse contexto, quando se observa que o ambiente representa uma barreira ao aprendizado, aos relacionamentos, muitas vezes se mostram pior que os obstáculos físicos. Então, deve-se compreender que todos os espaços acadêmicos deveriam ser democráticos, utilizados por todos, devendo as instituições dispor de soluções propícias para tal feito, principalmente quando não tem acessibilidade (GUERREIRO, 2012).

Em outra pesquisa, realizada por Nogueira e Nogueira (2014) sobre o trabalho do docente frente ao processo de inclusão, destacou a urgência em se pensar em ferramentas de suporte para as políticas educacionais inclusivas, e apontou como dificuldade a falta de sinalização para alunos com deficiência visual.

Sob a ótica das medidas do governo brasileiro, a inclusão no ensino superior se dá por aporte orçamentário que assegure infraestrutura apropriada, disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, fornecimento de tecnologia assistiva, serviços de guia e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (BRASIL, 2011).

Contudo, uma barreira ao aprendizado está na falta de formação do docente para lidar com o estudante com necessidades especiais, pois temos como exemplo o ensino da LIBRAS, que é obrigatório em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e, é optativa nos demais cursos de educação superior (BRASIL, 2013), deixando claro o despreparo dos profissionais que eventualmente ingressem na carreira acadêmica e precisem lidar com esses alunos.

A inclusão no ensino superior deve ser iniciada na formação do professor, o que reforça a necessidade de formação pedagógica do docente que contemple a reflexão sobre atitudes frente às diferenças (FERRARI; SEKKEL, 2007).

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo se caracterizou como uma pesquisa descritiva e exploratória, delineada pelo método qualitativo e envolveu um levantamento bibliográfico e entrevistas com os indivíduos imersos na realidade pesquisada, contribuindo com suas experiências e vivências. Para Gil (2010), a pesquisa exploratória possui o objetivo de desenvolver, esclarecer e modificar ideias e conceitos para a formulação de abordagens posteriores, desta forma, visa proporcionar um maior conhecimento acerca do assunto para o pesquisador, a fim de que este possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser estudadas. A abordagem qualitativa, de acordo com Minayo e Sanchez (1993) tem por característica a realização de uma aproximação e intimidade entre sujeito e objeto, tendo em vista que ambos constituem-se da mesma natureza; se aplica ao estudo das relações, das representações, de percepções e crenças, a partir dos quais as ações tornam-se significativas.

4.2 CAMPO E CENÁRIO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Jequié, situado na região Sudoeste do Estado da Bahia, distando 364 km da capital Salvador, e com uma população estimada em 161.150 habitantes (IBGE, 2014). A cidade possui atualmente quatro instituições de ensino superior, três particulares e apenas uma pública, dentre as quais três possuem cursos de saúde, sendo que a instituição escolhida para esta pesquisa foi uma instituição pública que apresentava o maior número de alunos matriculados com alguma deficiência, além de possuir um serviço já estruturado de atendimento educacional especializado para esses alunos.

A instituição de ensino superior escolhida para a pesquisa foi a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), que tem sede na cidade de Vitória da Conquista, e mais dois campi, um em Jequié e outro em Itapetinga. O campus de

Jequié possui uma considerável abrangência, recebendo estudantes das cidades limítrofes a Jequié e estudantes de outros estados. Este campus oferece 15 cursos de graduação, sendo 6 na área da saúde, que totalizam uma oferta de aproximadamente 200 vagas anuais, os quais são Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Odontologia (UESB, 2017).

Em 2007, no campus de Jequié foi implantado o Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência (NAIPD), que busca apoiar no complemento pedagógico especializado nos aspectos de escrita, leitura e compreensão de conceitos das diversas áreas que o aluno cursa e no atendimento às solicitações dos colegiados e ou docentes com relação à adaptação de material e esclarecimentos sobre as especificidades de aprendizagem dos alunos, no que concerne aos aspectos pedagógicos e de acessibilidade (UESB, 2007).

O NAIPD é formado por uma equipe de técnicos especializados nas áreas de leitura e escrita braile, adaptação de material pedagógico, desenvolvimento de atividades com leitores para alunos cegos ou com baixa-visão, que necessitam destes recursos. Além de intérpretes de Libras para tradução simultânea em sala de aula para alunos surdos, complemento com Língua Portuguesa na modalidade segunda língua, tradução e interpretação de textos acadêmicos em horário diferenciado ao das aulas, organização de material pedagógico visual.

Atualmente, o NAIPD faz o acompanhamento de 21 alunos com necessidades especiais que frequentam regularmente as aulas do Campus de Jequié (ANEXO A), sendo quatro discentes na área da saúde distribuídos nos seguintes cursos, a saber, dois em Fisioterapia, um em Medicina, e um em Odontologia. As deficiências apresentadas foram auditivos, visuais e motoras (UESB, 2017).

4.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Segundo Minayo (2011), a pesquisa de abordagem qualitativa, os dados numéricos não significam garantia da representatividade da amostra, levando em consideração, a saturação empírica dos dados e o alcance dos objetivos propostos.

Os participantes deste estudo formaram dois grupos:

Grupo 1: Discentes com deficiência

- Critérios de inclusão: discente a partir do 6º semestre dos cursos de enfermagem, medicina, odontologia, farmácia, fisioterapia ou educação física do campus de Jequié da UESB; fazer acompanhamento com o NAIPD;
- Critérios de exclusão: não estar frequentando regularmente o curso em que está matriculado.

Grupo 2: Docentes de disciplinas teórico-práticas ou supervisores de estágio

- Critérios de inclusão: ministrar aulas para alunos com necessidades especiais a partir do 6º semestre dos cursos de enfermagem, medicina, odontologia, farmácia, fisioterapia ou educação física no campus de Jequié da UESB; ser membro efetivo do quadro de docentes da instituição;
- Critérios de exclusão: estar afastado de suas atividades docentes por atestado, licença ou férias.

O sexto semestre foi escolhido baseado nos objetivos deste estudo, por ser um período onde o acadêmico inicia as atividades de estágio supervisionado ou internato, e a consolidação do conhecimento adquirido será verificada pelos docentes.

A necessidade de acompanhamento pelo NAIPD, como critério de inclusão para esta pesquisa, se justifica pela dependência de um suporte institucional como facilitador do processo de aprendizagem.

A seleção dos participantes ocorreu da seguinte forma:

- Grupo 1: Todos os discentes que preenchessem aos critérios de inclusão e aceitassem participar da pesquisa foram entrevistados;
- Grupo 2: Foram selecionados apenas docentes dos cursos que possuíam alunos no Grupo 1 e então foi realizado um sorteio para estabelecer a ordem das entrevistas.

4.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS PARA COLETA DE INFORMAÇÕES

Na coleta de dados foi utilizada a entrevista que é uma forma de interação social, por meio de um diálogo assimétrico, onde uma das partes busca a coleta de informações acerca do que o entrevistado sabe, crê, sente, faz ou pretende fazer (GIL, 2010).

Dessa forma, como instrumento para a obtenção de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada que combina perguntas abertas e fechadas e possibilita que o entrevistado discorra sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada. O roteiro das entrevistas constou de dados sócio demográficos, educacionais e questões disparadoras (APÊNDICES A, B).

As entrevistas foram realizadas em local escolhido pelo participante e gravadas com a sua permissão. Para calibração do instrumento de coleta de informação foi realizado um Teste Piloto, a partir do qual o roteiro da entrevista foi ajustado. Para a entrevista de discentes com deficiência auditiva houve a participação de um Intérprete, pertencente ao quadro de funcionários da própria instituição.

4.5 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Após a realização das entrevistas, os áudios gravados foram transcritos na íntegra, e então os dados foram submetidos à técnica de análise de conteúdo categorial por temática, a fim de dividir o texto em temas principais para possível aperfeiçoamento. Esse tipo de análise consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Assim os dados, posteriormente, foram analisados de acordo com os três pólos cronológicos descritos: 1) a pré-análise: fase de organização através de atividades não estruturadas de leitura para a sistematização de ideias; 2) exploração do material: refere-se a fase de aplicação de decisões tomadas, consistindo em operações de codificação, de composição ou enumeração; 3) tratamentos dos resultados obtidos e interpretação: onde os

resultados brutos se tornam significativos e válidos, permitindo ao analista propor inferências a propósito dos objetivos previstos (BARDIN, 2011).

Dessa forma, é nessa última etapa que os dados começam a receber significado, especialmente pelo tratamento que lhes é atribuído por meio dos objetivos propostos, à medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já existentes (BARDIN, 2011).

4.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa-CEP da UESB e obedece a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012) quanto aos preceitos éticos e legais sobre a norma de pesquisa que envolve seres humanos. Dessa maneira foram respeitados todos os direitos dos participantes seguindo as recomendações éticas nas pesquisas com seres humano, considerando os possíveis desconfortos decorrentes desse estudo. Depois de submetido à Plataforma Brasil e com parecer favorável de número 1.383.458 (ANEXO B) foram iniciadas as atividades de busca e coleta de dados.

Todos os participantes da pesquisa assinaram duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE C), onde foram informados sobre os objetivos da mesma, os possíveis riscos aos quais seriam expostos e que caso houvesse algum dano, os responsáveis pelo estudo arcariam com os mesmos. Foi garantido aos participantes o sigilo e anonimato, e estes teriam o direito de recusarem participar da pesquisa sem que ocorresse nenhum prejuízo de ordem moral, emocional ou financeira. O TCLE foi adaptado para a linguagem de Braille para os alunos com deficiência visual.

A fim de garantir o anonimato dos participantes que se dispuseram a participar deste estudo, ao final das entrevistas foi acrescentado um código alfanumérico entre parênteses para identificação dos mesmos, como por exemplo, temos (DIS1, DIS2, DOC1...), onde as letras "DIS" representam a designação Discente, e "DOC" representando Docente, e o cardinal que a segue correspondente a ordem da entrevista.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Fizeram parte do presente estudo oito participantes, divididos em dois grupos: Grupo 1 - quatro discentes dos cursos de Saúde, sendo de cada curso (Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia e Educação Física); Grupo 2 - quatro docentes dos respectivos cursos citados anteriormente. Vale ressaltar que todos os participantes eram do gênero feminino, o que não caracterizou um critério, no entanto, foram estabelecidos que, em relação às discentes, estas deveriam estar regularmente matriculadas em um dos cursos de saúde da instituição e de frequentarem o NAIPD para acompanhamento e auxílio nas suas atividades acadêmicas. Quanto aos critérios estabelecidos às docentes, estas deveriam ser membros efetivos do quadro de docentes da instituição e de ministrar aulas aos discentes com deficiência nos cursos de saúde.

Algumas características, além do gênero foram colhidas, como a idade e semestre atual da graduação e tempo de formação docente. No grupo 1 possuíam idade de 21 a 33 anos, encontravam-se entre o 6º ao 10º semestre, dentro de seus respectivos cursos. A idade do grupo 2 era de 38 a 46 anos, duas possuíam formação como mestre e duas como doutoras. O tempo de atuação na docência variava entre 08 a 16 anos.

Quadro 1: Características das participantes da pesquisa, Jequié-Ba, 2017.

CARACTERÍSTICAS	GRUPO 1	GRUPO 2
Quantidade	04	04
Idade	21 a 33 anos	38 a 46 anos
Formação	Discente	Docente
Formação	Graduanda	Mestrado e Doutorado
Tempo de atuação	6º ao 10º semestre	08 a 16 anos

5.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS EM FORMATO DE MANUSCRITOS

Os resultados obtidos por meio da entrevista semiestruturada com alunas e professoras dos cursos de saúde da IES serão apresentados em formato de manuscritos científicos, conforme apresentados abaixo.

Manuscrito 01: Inclusão de pessoas com deficiência nos cursos de saúde do ensino superior: concepções de discentes e docentes. Este manuscrito foi elaborado seguindo as instruções para autores da **Revista Eletrônica de Educação da UFSCAR**, acessado em Julho de 2017.

Manuscrito 02: Limites e possibilidades da inclusão de discentes com deficiência nos cursos de saúde do ensino superior. Este manuscrito foi elaborado seguindo as instruções para autores da **Revista INTERFACE - Comunicação, Saúde, Educação**, acessado em Julho de 2017.

Manuscrito 01**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE SAÚDE DO
ENSINO SUPERIOR: CONCEPÇÕES DE DISCENTES E DOCENTES****INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION HEALTH
COURSES: STUDENTS AND TEACHERS 'CONCEPTIONS**

Paula Lacerda Leite¹, Ana Cristina Santos Duarte²

RESUMO

A educação inclusiva é direito estabelecido por lei, assegurando acesso à educação para todos sem distinção e assim, inclusão é vista como um processo integrativo de aceitação e envolvimento de discentes, docentes e instituição, com as pessoas com deficiência nas universidades, priorizando as necessidades destes. Este estudo pretende descrever as características e os fenômenos do processo de inclusão em uma instituição de ensino superior, onde foram entrevistadas 8 pessoas, entre discentes e docentes, através da abordagem qualitativa. Observou-se através dos relatos, concepções relativas à vivências e significados dos discentes e docentes da referida instituição de ensino superior público, ficando descrita a necessidade em se desenvolver práticas inclusivas, atuando na promoção de responsabilidade coletiva e proporcionando a integração de todos os alunos com deficiência, promovendo apoio pedagógico ideal e mais justo.

DESCRITORES: Pessoas com deficiência; Educação superior; Inclusão educacional.

ABSTRACT

Inclusive education is a law established by law, ensuring access to education for all without distinction and thus inclusion is seen as an integrative process of acceptance and involvement of students, teachers and institution, with people with disabilities in universities, prioritizing the needs of these. This study aims to describe the characteristics and phenomena of the inclusion process in a higher education institution, where eight people were interviewed, among students and teachers, through the qualitative approach. It was observed through the reports, conceptions regarding the experiences and meanings of the students and teachers of this public higher education institution, describing the need to develop inclusive practices, acting in the promotion of collective responsibility and providing the integration of all students with Promoting adequate and fair pedagogical support.

DESCRIPTORS: Disabled persons; Higher education; Mainstreaming education.

RESUMEN

La educación inclusiva es el derecho establecido por la ley, asegurando el acceso a la educación para todos sin distinción y así, la inclusión es vista como un proceso integrativo de aceptación e implicación de discentes, docentes e institución, con las personas con discapacidad en las universidades, priorizando las necesidades de estos. Este estudio pretende describir las características y los fenómenos del proceso de inclusión en una institución de enseñanza superior, donde fueron entrevistadas 8 personas, entre alumnos y docentes, a través del abordaje cualitativo. Se observó a través de los relatos, concepciones relativas a las vivencias y significados de los discentes y docentes de la referida institución de enseñanza superior pública, quedando descrita la necesidad de desarrollar prácticas inclusivas, actuando en la promoción de responsabilidad colectiva y proporcionando la integración de todos los alumnos con discapacidad, promoviendo apoyo pedagógico ideal y más justo.

DESCRIPTORES: Personas con discapacidad; Educación superior; Propensión educación.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é hoje um direito estabelecido por lei, e assegura o acesso à educação para todos os alunos sem distinção, com a devida identificação das necessidades tendo ele qualquer deficiência (BRASIL, 2008; DUEK, 2014).

As instituições de ensino superior se constituem em um ambiente onde deve haver uma transformação de valores para que se amplie o exercício da cidadania e possibilite o desenvolvimento social (BRASIL, 2013), devendo ainda haver a disponibilidade de oportunidades palpáveis para formação acadêmica, pelas relações sociais já concretizadas postuladas na ética e humanização (OLIVEIRA et al., 2016).

Desta forma, a inclusão é vista como um processo integrativo não somente de aceitação às pessoas com deficiência nas universidades, mas de envolvimento de todos, discentes, docentes e instituição, priorizando as necessidades desses indivíduos (MIRANDA, 2014). O ingresso ao ensino superior faz com que o estudante enfrente realidades incontestavelmente mais complexas que os anos anteriores de estudo a que esses se submeteram (OLIVEIRA et al., 2016).

Observam-se barreiras que se constituem em ambientes não acolhedores, discriminação, falta de informação, dificuldade no acesso a locais essenciais do ambiente e ainda, a falta de órgãos de apoio que auxiliem na trajetória de

estudantes com alguma deficiência, podendo resultar em comprometimento da aprendizagem (ANACHE; ROVETTO; OLIVEIRA, 2014; CHAHINI, 2016). Há que se ressaltar a precariedade de formação para qualificar docentes nas universidades, o que é visto como um grande entrave às ações inclusivas, gerando práticas excludentes por parte dos docentes (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2015).

De acordo com esses pressupostos, este estudo tem a finalidade de responder a seguinte questão: qual a concepção de discentes e docentes acerca da inclusão na universidade? Tem como objetivo analisar as concepções de docentes e discentes a cerca da inclusão na universidade. E, dessa forma contribuir, não somente para o ingresso na universidade de forma justa, mas também para sua permanência e garantia de conclusão do curso superior em nível de equidade com os demais, com excelência e qualidade.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória com abordagem qualitativa, visto que se pretende descrever as características e os fenômenos do processo de inclusão em uma instituição de ensino superior. O local escolhido para a realização do estudo foi a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, campus de Jequié-BA e as participantes da pesquisa foram primeiramente organizados em dois grupos: 1 - Discentes com deficiência, matriculados regularmente nos cursos de saúde da referida instituição: Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia e Educação física, que frequentam de forma regular o Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência – NAIPD para acompanhamento e auxílio nas suas atividades acadêmicas; 2 - Docentes pertencentes ao Departamento de Saúde dessa instituição, que lecionam nos curso acima citados, sendo um total de oito participantes.

Foram estabelecidos critérios de inclusão em relação às discentes, que estas deveriam estar regularmente matriculadas em um dos cursos de saúde da instituição e de frequentarem o NAIPD para acompanhamento e auxílio nas suas atividades acadêmicas. Quanto aos critérios impostos às docentes, estas deveriam ser membros efetivos do quadro de docentes da instituição e ministrar aulas aos discentes com deficiência nos cursos de saúde.

A obtenção dos dados procedeu-se mediante uma entrevista semiestruturada, com um roteiro de questões preestabelecidas, sendo as entrevistas conduzidas na instituição em dia e horário estabelecido pelas participantes. As gravações foram armazenadas suas vozes em dispositivo gravador e posteriormente transcritas com fidedignidade conforme o conteúdo fornecido pelos mesmos. De forma a garantir o anonimato das informações e sigilo ético, as discentes e docentes receberam um código alfanumérico (DIS1, DIS2... e DOC1, DOC2...) para identificar suas falas, sendo o prefixo referente à participante (discente/docente) e o número representando a ordem da entrevista.

O material colhido foi submetido à técnica de análise de conteúdo categorial por temática (BARDIN, 2011), vislumbrando a discussão em ideias centrais, obtidas após repetidas leituras do material transcrito, possibilitando o estabelecimento das categorias empíricas do estudo. Conforme a estruturação proposta pela análise de conteúdo, os dados foram analisados através da pré-análise, da exploração do material e do tratamento dos resultados. A pré-análise, que é composta pelas entrevistas realizadas, foi organizada e suas ideias iniciais operacionalizadas e sistematizadas através de uma leitura flutuante, que serviu para que fossem levantadas as primeiras hipóteses e para que o objetivo do estudo fosse comparado com o quadro teórico utilizado para elaboração do mesmo.

Após, procedeu-se os recortes nas falas dos participantes e preparação do material para a análise. Seguindo a análise, as primeiras unidades de registro foram identificadas e iniciou-se a classificação e categorização das entrevistas, através da codificação dos resultados encontrados no corpus do estudo. Assim, foram propostas as primeiras inferências a partir das primeiras interpretações, com o fim de verificar ou refutar o objetivo do estudo, e, estabelecidas as categorias finais derivadas da condensação das informações fornecidas pela análise.

Os aspectos éticos da pesquisa obedeceram à Resolução nº. 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) conforme parecer de número 1.383.458. Ressalta-se, que todos os participantes confirmaram sua participação e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), bem como autorizaram a divulgação dos dados.

RESULTADOS

Fizeram parte do presente estudo os depoimentos de oito participantes, divididos em dois grupos. Sendo todos do gênero feminino, o que não caracterizou um critério. Algumas características, além do gênero foram colhidas, como a idade e semestre atual da graduação e tempo de formação docente. No grupo 1, as discentes possuíam idade de 21 a 33 anos, encontravam-se entre o 4º ao 10º semestre, dentro de seus respectivos cursos. A idade do grupo 2 era de 38 a 46 anos, duas possuíam formação como mestre e duas como doutoras. O tempo de atuação na docência variava entre 08 a 16 anos.

Com o intuito de verificar se os objetivos propostos foram alcançados, os dados que emergiram das entrevistas, constituíram-se em informações que foram analisadas através da técnica proposta na metodologia, baseando-se no agrupamento de textos análogos em categorias, que foram formadas obedecendo as etapas propostas pelo método de análise de conteúdo. Dessa forma, a codificação do corpus obtida ocorreu por meio da repetição das palavras na transcrição das entrevistas, que constituíram as unidades de registro.

A partir das entrevistas surgiram diferentes categorias, que, analisadas e reagrupadas de acordo com as ideias centrais do estudo, procuraram uma resposta à seguinte questão: qual a concepção de discentes e docentes acerca da inclusão em cursos de Saúde do ensino superior? Sob esse contexto, levando em consideração a temática e o problema desse estudo, os dados coletados permitiram a elaboração de uma categoria central: “Inclusão de pessoas com deficiência nos cursos de saúde do ensino superior: concepções de discentes e docentes” com o escopo de abranger o objetivo pretendido. Esta categoria agrupou três subcategorias, a saber: I-Conceito de inclusão; II-Formação docente; III-Estratégias de ensino e avaliação (Quadro1).

Quadro 1: Distribuição da análise do corpus em categorias iniciais, intermediárias e final, Jequié-BA, 2017.

CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIA FINAL
<ol style="list-style-type: none"> 1. Permitir o acesso ao conhecimento 2. Pressupõe a necessidade ao apoio 3. Oportunidade 4. Oferecer condição plena 5. Privação de direito 6. Preconceito 7. Igualdade 8. Acessibilidade 9. Não aceitação 10. “Intruso e isolado” 	<ol style="list-style-type: none"> I. Conceito de Inclusão 	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Sem formação em educação especial 2. Despreparo técnico 3. Falta de apoio institucional 4. Falta de capacitação continuada 5. Medo 	<ol style="list-style-type: none"> II. Formação docente 	<p>Inclusão de pessoas com NEE nos cursos de saúde do ensino superior: concepções de discentes e docentes</p>
<ol style="list-style-type: none"> 1. Uso do toque 2. Enxergar pela minha voz 3. Maior atenção às necessidades 4. Integração com os colegas 5. Prova oral 6. Presença de tutor 7. Adaptação de materiais de imagem 	<ol style="list-style-type: none"> III. Estratégias de ensino e avaliação 	

Fonte: dados da pesquisa

DISCUSSÃO

De acordo com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a inclusão é entendida como uma atuação em âmbito político, cultural, social e pedagógico, com o fim de garantir o direito de toda e qualquer pessoa com deficiência ao aprendizado e participação em instituições de ensino, sem sofrer discriminação ou diferenciação (BRASIL, 2008).

A instituição na qual as participantes desse estudo fazem parte tem desenvolvido algumas ações direcionadas às pessoas com deficiência. Podemos destacar mudanças no ambiente físico da universidade na forma de garantir o acesso a qualquer local do campus, como rampas, barras de apoio, piso tátil para deficientes visuais, elevadores e a criação do Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência – NAIPD, que executam auxílio aos discentes com intérpretes, facilitadores que adaptam materiais de estudo para auxiliar no aprendizado.

Sob esse contexto, foram estabelecidas as principais ideias extraídas das entrevistas com os dois grupos (discentes com deficiência e docentes), a partir da ideia central, emergindo assim as subcategorias.

Conceito de inclusão

Com base na análise das entrevistas, surgem à tona ideias relevantes à compreensão do objeto de estudo e, dentre esses, a concepção de inclusão pelas discentes e docentes. De maneira genérica, todas a compreendem a significação da palavra:

é...quando você cria oportunidade, independente da limitação, da deficiência da pessoa, que a pessoa participe, que a pessoa seja realmente de fato incluída, para mim isso é inclusão... você oferecer condições plenas para que qualquer pessoa participe daquele contexto. (DIS1).

Acho que é dar oportunidade a todas as pessoas, todas as pessoas terem acesso à informação, aos lugares... de modo geral como todo mundo. (DIS3)

Inclusão eu acredito que seja você aceitar o próximo, independente se tenha ou não alguma limitação ou deficiência (...). (DIS4)

Os depoimentos das discentes apontam uma concepção voltada para as oportunidades e aceitação das diferenças. Segundo Fernandes (2016), a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades representa uma grande ação, cuja

missão institucional tenta responder às demandas, mesmo sendo o ensino superior uma realidade educacional mais complexa.

As docentes entrevistadas, também manifestam suas concepções na mesma direção, reconhecendo que para que ocorra a inclusão no ensino superior é necessário modificação no espaço físico e nos aspectos pedagógicos, como afirmam.

Para mim, inclusão é permitir, que um indivíduo ele possa atuar, de uma forma que ele possa ter acesso aos diversos campos do conhecimento. Então, para mim, inclusão é permitir... (DOC1)

A inclusão hoje é uma realidade, mas que precisa ter vários ajustes, por que o conceito, o paradigma de inclusão ele pressupõe que tanto o aluno com deficiência tenha algumas modificações, mas sobretudo que a sociedade saiba como acolher...(DOC2)

(...) inclusão é realmente a pessoa com necessidades especiais ela estar participando em tudo na sociedade, no caso da educação, (...), num amplo sentido, poder participar de tudo sem restrições, apenas com algumas adaptações necessárias, mas que ela esteja participando, (...) Isso vem da base, a inclusão também no ensino médio, na educação infantil, é uma coisa que está muito precária ainda, muito devagar, fala-se muito, mas não está havendo preparação para isso, por conta, por isso que eles estão chegando assim na universidade (...) (DOC3)

(...) a gente tentar fazer com que aquele indivíduo consiga realizar, da maneira melhor possível, as tarefas que ele se propôs, que a disciplina propõe... (DOC4)

Quanto às docentes, o depoimento de DOC2 não traz o que esta entende por inclusão; mas que a assertiva de que a educação para ser inclusiva nas universidades necessita de estruturações. A fala de DOC3 expressa que uma mudança na educação brasileira é necessária desde a base, na educação infantil, que não basta haver políticas públicas que garantam o acesso a estudantes com deficiência; que a preparação não deve ser somente para o docente, mas que os estudantes com algum tipo de necessidade deve receber apoio e preparo antes mesmo de ingressar numa instituição de ensino superior.

As falas, mais especificamente de DOC3, corroboram com o evidenciado em alguns estudos destacam a importância da experiência no contato com o aluno deficiência para a segurança e empenho do professor em ensiná-lo, bem como de que são necessárias modificações nas instituições para acolhimento dos alunos (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2015; REIS; EUFRÁZIO; BAZON, 2010; MESSERSCHIMIDT; CASTRO, 2016).

Deve-se compreender que falar sobre a inclusão não é somente defini-la; deve-se pensar qual o entendimento do papel da educação no mundo atual. A educação para ser inclusiva deve propiciar aos indivíduos a capacidade de atuação plena na sociedade (FERNANDES, 2016). As falas de docentes esclarecem bem sobre o modelo de inclusão, do desafio que esta se apresenta para ajustar-se na instituição de forma a atender a diversidade dos estudantes, considerando a educação um direito essencial para tornar uma sociedade mais igual e justa (FRANÇA, 2015; ABREU, 2013).

Formação docente

As instituições de ensino superior que, embora recentemente, deram início ao processo de inclusão de pessoas com deficiência, deve criar possibilidades e estratégias que tragam benefícios a seus discentes por meio de processos que contribuam para a qualificação destes sem diferenciação (ABREU, 2013).

Os relatos referentes à essa subcategoria nos remete ao entendimento de que é urgente e desenvolvimento de um processo de formação de docentes voltado às necessidades desses alunos com deficiência, para que a inclusão possa acontecer, de fato, rompendo-se com agir desabilitado e com comportamento de diferença.

...eu não tive um curso específico sobre isso, mas como a gente teve uma aluna deficiente visual, é a gente, eu tive uma certa vivência, mas não uma educação específica pra é... esses alunos, para gente fazer essa inclusão na graduação... (DOC1)

...a gente não tem muitos recursos e nós não estamos preparados, o professor não está preparado para assumir esses indivíduos com deficiência eu acho que o processo de aprendizagem é falho, chega a ser falho, talvez por, pela limitação nossa e do próprio aluno que chega de paraquedas e não tem os recursos disponíveis para gente poder está ensinando esse aluno, então acho que é bem deficiente. (DOC1)

...eu achei que a universidade podia fazer muito mais. Nós mesmos, os docentes, eu me senti muito despreparada pra receber essa discente, e não senti apoio por parte da universidade. A gente até procurou, corremos atrás do núcleo de inclusão para fazer alguma capacitação com a gente e eu não senti muita participação da universidade não. Eu acho que eles poderiam fazer muito mais... (DOC3)

Conforme Reis e colaboradores⁽¹¹⁾ investir em qualificação dos professores em educação continuada é primordial não somente para promover melhor inclusão e melhorar o relacionamento discente/docente, mas também para a educação em si, pois que esta contribui para o desenvolvimento do país.

Há ainda o relato de DOC1 e DOC3, que passam sua angústia em saber que teriam uma discente com deficiência visual no curso:

(...) a deficiência visual na fisioterapia é complicado, por exemplo, como é que ela vai atuar em na área de respiratória que tem que ver os aparelhos??? (...) Toda deficiência tem suas limitações e os professores devem está capacitados para atender essas deficiências, tanto quanto cursos, de capacitação, concursos e tal (...) (DOC1)

(...) quando descobrimos que teríamos uma discente com deficiência visual eu fiquei desesperada, falei, meu Deus como é que eu vou supervisionar essa discente, como é que eu vou avaliar?! (DOC3)

Para Castro e Almeida (2014) as principais dificuldades de discentes com deficiência visual, referem-se às informações que são passadas em murais ou na lousa da sala de aula. Desta forma, encontramos barreiras pedagógicas que estão claramente definidas na ação docente: é na adequação do material didático, nas formas de acesso, no conteúdo ministrado, sem ter o recurso visual para poder mostrar a esse discente alguma imagem/vídeo que seja complementar da aprendizagem. Assim, esse estudo corrobora com os elencados nos depoimentos das entrevistadas.

Estratégias de ensino e avaliação

Existem barreiras pedagógicas relacionadas à didática em sala de aula, como: utilização de metodologias inadequadas, falta de tecnologias que assistam o discente e também a falta de preparo dos professores para identificar as necessidades dos discentes com deficiência (CASTRO; ALMEIDA, 2014; FARO; GUSMAI, 2013; ESTÁCIO; ALMEIDA, 2016).

Castro e Almeida (2014)⁽¹⁶⁾ em seu estudo trazem as dificuldades de discentes com deficiência auditiva e visual e destacam que professores falam rápido, ficam de costas para os discentes dificultando o entendimento e compreensão das palavras, impossibilitando a leitura labial. A fala de DOC2 expressa uma quebra dessa barreira pedagógica:

(...) algumas estratégias que eu utilizo, deixar ela mais próxima, falar olhando para ela que são metodologias que a gente utiliza quando trabalha com pessoas com deficiência auditiva.. (DOC2).

A discente DIS4 também relata uma estratégia empregada por docente como uma atitude facilitadora do aprendizado:

(...) quando a letra está pequenininha aí o professor e... trouxe a sua prova, sua apostila...já teve uma vez, foi até de uma vez ...prova de radiologia...eu falei ao professor, ele teve que colocar o notebook dele e então no Datashow (...) passou as imagens pro meu notebook e eu fiz assim, é melhor no meu notebook do que no quadro. (DIS4)

Há poucos docentes habilitados na área da educação inclusiva, os que atuam na saúde ainda se mostram com uma bagagem teórica dentro do modelo médico-assistencialista, que representa a base da formação da docência nessa área. A única docente com formação em área específica é DOC2:

(...) minha área de atuação no ensino superior, eu trabalho com Educação Física Inclusiva, meu mestrado e meu doutorado foram na área de Educação inclusiva. (DOC2)

Abreu (2013) afirma que é papel da universidade formar futuros profissionais que auxiliem na edificação de uma sociedade menos injusta e excludente. É importante que os docentes desenvolvam posturas mais positivas, que compreendam os discentes com deficiência não por serem “especiais”, mas como uma atuação docente que lhe cabe, ou seja, criar um sentido de pertença, não dispor esse papel a tutores ou professores de apoio.

Então é...eu consegui é...usar muito o toque na fisioterapia para ela aprender e durante as aulas (...) eu descrevia todas as figuras que ela entre aspas, enxergava, ela tinha que enxergar pela minha voz, então eu tinha que descrever tudo pra ela (...) eu colocava a minha mão sobre as dela, ou as mãos dela sobre as minhas, eu fazia o movimento e ela conseguia, ela desenvolveu muito. (DOC1)

(...) eu tentei fazer, foi dar uma atenção especial, então eu sentava com a aluna, eu tenho monitor, então o monitor me ajudava com os outros e eu dava atenção especial de orientar, de adaptar algumas posições pra ver se ela conseguia esculpir. (DOC4)

(...) no meu estágio específico de pediatria nós não precisamos fazer nenhuma adaptação, ela só teve uma acompanhante contratada pela universidade, uma fisioterapeuta que ficou acompanhando ela, durante todos os estágios e em pediatria ela atendeu normalmente, apenas com a acompanhante do lado. (DOC3)

Ponderando as ações mostradas pelas falas, percebe-se que estas representam como discentes e docentes têm concepções diversas, mas notadamente entre os docentes acerca da inclusão de pessoas com deficiência nas universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo proposto, dentre as concepções de discentes acerca da inclusão, estas definiram como sendo proporcionar oportunidade a todos, independente da limitação ou deficiência e aceitação das diferenças. Entre as docentes, estas compartilham do mesmo entendimento, no entanto, compreendem que é necessária uma mudança a fim de reestruturar a educação brasileira desde a base, com melhor preparo aos docentes. Quanto às vivências na formação docente estas evidenciaram que há muito despreparo, falta de educação continuada e falta de apoio por parte da instituição, mas que se esforçam em oferecer o melhor a todos os estudantes com ou sem deficiência. E em relação às estratégias de ensino e avaliação utilizadas como um meio inclusivo, estas ressaltam que procuram manter uma maior aproximação do discente, conhecer mais sobre sua deficiência e utilizando os recursos disponíveis no ensino-aprendizagem, mesmo que não assistivos.

Observou-se através dos relatos, a necessidade em se desenvolver práticas inclusivas, ou seja, de promover uma responsabilidade em nível coletivo através do corpo docente, proporcionando a integração de todos os alunos com deficiência, promovendo apoio pedagógico ideal, mais justo e com igualdade. O esforço social e governamental, no plano do ensino universitário deve garantir o acesso e permanência plena, independentemente das condições socioeconômicas, culturais e étnicas, da pessoa com deficiência e promover ainda ambientes acolhedores para garantir o ingresso, a permanência e conclusão dessas pessoas nos cursos de saúde da instituição.

REFERÊNCIAS

Abreu, S.M.V.A. Alunos com necessidades educativas especiais: Estudo exploratório sobre a inclusão no ensino superior. [Tese de Doutorado]. 2013 [citado mai 2017].

ANACHE, A.A.; ROVETTO, S.S.M.; OLIVEIRA, R.A. Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. *Rev Educ Esp*, 2014, vol. 27, n. 49, p. 299-312. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/9037>. Acesso: 01 mai 2017.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa incluir: acessibilidade na educação superior. Documento orientador. Brasília, DF: SECADI/SESu, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluirpdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso: 01 mai 2017.

CASTRO, S.F.; ALMEIDA, M.A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Rev Bras Ed Esp Marília*, 2014, vol.20,n.2, p.179-194. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382014000200003&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso: 02 mai 2017.

CHAHINI, T.H.C. Inclusão de alunos com deficiência na educação superior. *Jour of Res in Special Ed Needs*, 2016, vol.16, n.S1, p.598-602. Disponível: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1471-3802.12318/full>. Acesso: 02 mai 2017.

DUEK, V.P. Formação continuada: Análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. *Educ em Ver*, 2014, vol. 30, n.2, p.17-42. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982014000200002&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso: 01 mai 2017.

ESTÁCIO, M.A.F; ALMEIDA, D.A.R. Pessoas com deficiência no ensino superior. *JourRes SpecEducNeeds*, 2016, vol.16, n. 1, p.836-40.

FARO, A.C.M.; GUSMAI, L.F. Educação inclusiva em Enfermagem: análise das necessidades de estudantes. *RevEscEnferm USP*, 2013, vol. 47, n.1, p. 229-34. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342013000100029. Acesso: 3mai 2017.

FRANÇA, S.D. *Inclusão de alunos com NEE no ensino superior: um estudo de caso na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) [tese]*. Vila Real, Portugal: Universidade Estadual de Montes Claros 2015.

FERNANDES, Z.B. *Universidade inclusive: (trans)formação e cidadania*. *JourRes SpecEducNeeds*. 2016, vol. 16, n.1, p.1067-70. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1471-3802.12251/abstract>. Acesso: 01 mai 2017.

MESSERSCHIMIDT, D.W; CASTRO, S.F. Docência com alunos com deficiência na universidade. *Jour of Res in Special Ed Needs*, 2016, vol. 16, n.1, p.394-398. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1471-3802.12165/full>. Acesso em:15 mai 2017.

MIRANDA, W.T.S. Inclusão no ensino superior: das políticas públicas aos programas de atendimento e apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais. [Tese de doutorado]. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

OLIVEIRA, S.F; ARAÚJO, N.M. Metodologias e vivências do docente na perspectiva da educação superior inclusiva. RevFam, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, 2015, vol.3, n.3, p. 206-215. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/1239/pdf>. Acesso: 02 mai 2017.

OLIVEIRA, R.Q; OLIVEIRA, S.M. B.; OLIVEIRA, N. A. et al. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior. Rev .Bras Ed Esp., 2016, vol. 22, n.2, p. 299-314. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382016000200299&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso: 01 mai 2017.

REIS, M.X; EUFRÁZIO, D.A; BAZON, F.V.M. A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual. Educ Ver, 2010, vol. 26, n.1, p.111-30. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100006. Acesso: 09 mai 2017

TAVARES, F.A.C; MARTINS, A.P.L. Atitudes de universitários face à inclusão. JourRes SpecEducNeeds, 2016, vol. 16, n.1, p.207-10. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1471-3802.12282/full>. Acesso: 21 mai 2017.

Manuscrito 02**LIMITES E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE SAÚDE DO ENSINO SUPERIOR**

Paula Lacerda Leite¹ Ana Cristina Santos Duarte²

RESUMO

As instituições de ensino superior se configuram como espaços de construção para a cidadania, da igualdade de direitos e inclusão social. Incluir alunos com deficiência no ensino superior implica propor soluções educativas e desenvolvimento de estratégias que visem eliminar as barreiras arquitetônicas e atitudinais que são limitantes ao acesso igual e justo a todos e a permanência, em especial ao discente com deficiência. Objetiva-se com esse estudo analisar os limites e possibilidades de inclusão, vivenciados em uma instituição de ensino superior, visando refletir e contribuir com o processo de inclusão no ensino. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, realizado em uma universidade pública com quatro discentes e quatro docentes que responderam a uma entrevista semiestruturada. Por meio dessa pesquisa pode-se compreender a importância de estudos com essa abordagem, pois elucida as necessidades dos discentes no convívio acadêmico, como também da formação docente e todas as dificuldades enfrentadas por estes.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Educação especial. Educação Superior. Inclusão Educacional.

RESUMEN

Las instituciones de enseñanza superior se configuran como espacio de construcción para La ciudadanía, La igualdad de derechos e inclusión social. Incluir alumnos com discapacidad em la enseñanza superior implica proponer soluciones

¹ Fisioterapeuta, mestranda, Programa de Pós Graduação em Enfermagem e Saúde, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié-BA, Brasil.

² Doutora em educação, docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié-BA, Brasil.

educativas y desarrollar estrategias que apunte a eliminar las barreras arquitectónicas y actitud que son limitantes al acceso igual y justo a todos y la permanencia, en especial al alumnado con discapacidad. Se pretende con este estudio analizar los límites y posibilidades de inclusión, vivenciados en una institución de enseñanza superior, buscando reflejar y contribuir con el proceso de inclusión en la enseñanza. Se trata de un estudio descriptivo con abordaje cualitativo, realizado en una universidad pública con cuatro discentes y cuatro docentes que respondieron a una entrevista semiestructurada. A través de esta investigación se puede comprender la importancia de estudios con este abordaje, pues elucidan las necesidades de los discentes en la convivencia académica, así como de la formación docente y todas las dificultades enfrentadas por éstos.

Palabras clave: Personas con discapacidad. Educación Especial. Educación superior. Propensión educación.

ABSTRACT

Higher education institutions are a building space for citizenship, equality of rights and social inclusion. Including students with disabilities in higher education implies proposing educational solutions and developing strategies that aim to eliminate architectural and attitudinal barriers that are limiting to equal and fair access to all and permanence, especially to students with disabilities. The objective of this study is to analyze the limits and possibilities of inclusion, lived in an institution of higher education, in order to reflect and contribute to the process of inclusion in teaching. This is a descriptive study with a qualitative approach, carried out in a public university with four students and four teachers who answered a semi-structured interview. Through this research it is possible to understand the importance of studies with this approach, since it elucidates the needs of the students in the academic community, as well as of the teacher formation and all the difficulties faced by them.

Keywords: Disabled Persons. Special Education. Higher Education. Mainstreaming Education.

INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior se configuram como espaços de construção para a cidadania, da igualdade de direitos e inclusão social⁽¹⁾. A maior parte dessas instituições precede de uma cultura de exclusão e no Brasil, o processo de ingresso de jovens com deficiência ao acesso na universidade é bem recente. Ao se tratar de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior deve-se trazer à responsabilidade da universidade de assumir e implementar ações para receber adequadamente esses alunos⁽²⁾.

Diversas mudanças transcorreram no paradigma da inclusão social no Brasil e no mundo, tanto políticas quanto pedagógicas e têm causado transformações evolutivas. Destaca-se o Programa Incluir do Ministério da Educação (2005 a 2011), que teve por objetivo promover acessibilidade na educação superior através de chamadas públicas, formulando estratégias com o fim de identificar e eliminar as barreiras que influenciavam no acesso das pessoas com deficiência no ensino superior⁽³⁾.

Incluir implica na organização, na busca e implementação de ações visando extinguir barreiras arquitetônicas, as relacionadas às atitudes, seja por parte da comunidade docente, de colegas e da sociedade em geral⁽⁴⁾, bem como buscar soluções educativas que permitam a adequação de conteúdos e estratégias pedagógicas, o que constitui como um grande desafio, pois a maioria dos docentes não possui qualificação adequada para lidar com os alunos com deficiência, não conseguindo criar condições específicas para promoção do aprendizado⁽⁵⁾.

Ocorre que a deficiência registra nos corpos um caráter particular. Um corpo com deficiência é visto como pouco suficiente para uma sociedade que exige dele o uso intensivo levando ao desgaste, resultando numa construção de uma corporeidade que pretende o controle e a correção, em função de uma estética corporal hegemônica, com interesses diversos, ou seja, a sociedade demanda pessoas fortes, que tenham um corpo dito “saudável”, para competir no mercado de trabalho.⁽⁶⁾

Os significados presentes nas relações sociais normatizam o que deve ser aceito e assim criam estereótipos e preconceitos, sendo uma forma de se efetivar a exclusão. Vê-se, desta forma, a necessidade de se desconstruir toda forma de

exclusão nos espaços da universidade, propiciando à adequação da sociedade à aceitação da diversidade e à convivência em igualdade⁽⁷⁾.

Sendo assim, o objetivo desse estudo é o de verificar os limites e possibilidades de inclusão vivenciados por discentes em uma instituição de ensino superior.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de cunho descritivo, tendo como instrumento para a obtenção de dados a entrevista semiestruturada, sendo essencial e característico das abordagens qualitativas de pesquisa⁽⁸⁾.

Foi escolhida como local da investigação a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Jequié-BA, por se tratar de uma instituição com grande número de estudantes com deficiência inseridos nos cursos de saúde desta região (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Odontologia), além de possuir um serviço já estruturado de atendimento educacional especializado para esses alunos - o Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência (NAIPD), que se trata de um órgão implantado em 2007 nesse campus, com a finalidade de oferecer apoio no complemento pedagógico especializado.

Foram selecionados para a entrevista discentes com deficiência que se encontravam matriculados em cursos de saúde e docentes também desta instituição. Para a coleta de dados foi procedida a entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas, possibilitando à pessoa entrevistada discorrer acerca do tema em questão sem se prender à indagação formulada. O roteiro das entrevistas constava de dados sociodemográficos, educacionais e questões disparadoras. As entrevistas foram conduzidas na instituição em dia e horário estabelecido pelas participantes. Para a entrevista de discente com deficiência auditiva houve a participação de um Intérprete, pertencente ao quadro de funcionários da própria instituição.

Como uma maneira de garantir o anonimato das informações, as participantes foram identificadas por código alfanumérico (DI1, DI2... e DO1, DO2...) de modo a identificar suas falas, sendo o prefixo referente à participante (discente/docente) e o número representando a ordem da entrevista.

Duas estratégias foram utilizadas para análise dos dados, conforme Bardin⁽⁹⁾: descrição das unidades de análise e análise de conteúdo. Desta forma, foi realizada a descrição dos limites e possibilidades acerca da inclusão colhidos através dos relatos das entrevistas, sendo estas categorizadas em quatro elementos constitutivos: Barreiras arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais e facilitadores de permanência.

Os aspectos éticos da pesquisa cumpriram a Resolução nº. 466/12, do Conselho Nacional de Saúde e assim essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) conforme parecer de número 1.383.458, ressaltando que as participantes concordaram em participar da pesquisa e procederam à assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), autorizando a divulgação de suas informações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Adotando os pressupostos da pesquisa qualitativa para este estudo relevou-se uma maneira de vislumbrar a universidade enquanto espaço educacional e social, dotada de inúmeros conhecimentos, significados e valores, através dos relatos das entrevistadas.

Desta forma, fizeram parte desta pesquisa oito participantes, sendo todos do gênero feminino, mesmo não se caracterizando o gênero um critério. Foram colhidas a idade das participantes, bem como semestre atual da graduação para discentes e tempo de formação para docentes. As discentes apresentavam como deficiência: visual, auditiva e motora; idade entre 21 a 33 anos e encontravam-se entre o 4º e 10º semestre, dentro de seus respectivos cursos. As docentes encontravam-se na faixa de 38 a 46 anos, onde duas possuíam formação como mestre e outras duas o título de doutora. Em relação ao tempo de atuação na docência este variava entre 08 a 16 anos.

Assim, são abordados à luz dos relatos aspectos que envolvem tanto a estrutura arquitetônica existente na instituição, as barreiras enquanto limites enfrentados pelas discentes; as estratégias pedagógicas utilizadas pelas docentes, suas atitudes frente às dificuldades narradas; o que estas encontram na instituição ou fora dela que tornam-se facilitadores ao ensino e aprendizado, sendo agrupadas em categorias, conforme a ideia central do estudo, buscando elucidar à seguinte

questão: Quais os limites e possibilidades encontrados da inclusão de discentes com deficiência em cursos de saúde do ensino superior de uma instituição pública no interior da Bahia?

Para então responder a esse questionamento elencado, os dados que emergiram das entrevistas, compuseram informações que foram analisadas por meio da técnica proposta na metodologia, pela análise de conteúdo (Quadro 1).

Quadro 1: Distribuição das categorias de análise em iniciais, intermediárias e final, Jequié-BA, 2017.

CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIA FINAL
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rampas ▪ Elevador quebrado ▪ Pouca acessibilidade 	I. Barreiras arquitetônicas	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de capacitação docente ▪ Pouca adaptação de slides ▪ Falta de pro-atividade 	II. Barreiras pedagógicas	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preconceito ▪ “Olham torto” ▪ Cada um por si ▪ Panelinhas 	III. Barreiras atitudinais	Limites e possibilidades da inclusão de discentes com deficiência nos cursos de saúde do ensino superior
<ul style="list-style-type: none"> ▪ NAIPD ▪ Família ▪ Colegas ▪ Dispositivos auxiliares 	IV. Facilitador de permanência	

Fonte: Dados da pesquisa

I. BARREIRAS ARQUITETÔNICAS

A acessibilidade nos espaços educativos promove a inclusão, pois esta colabora para universalização do ensino, garantindo, desta forma a educação a todos^(10,11). Para tanto, cabe à universidade disponibilizar ou mesmo criar meios que empreendam condições mais justas a todos⁽¹¹⁾.

Os depoimentos representam bem os problemas relativos à essa vivência:

“...o meu problema mesmo é com escada...” (DIS3)

“...por que aqui na uesb tem rampas,você tem até o elevador, só que não funciona ...” (DIS4)

“...alguns fatores que iam me dar autonomia dentro da estágio e que hoje eu não tenho e eu dependo da visão de outra pessoa pra poder falar. Por exemplo, um aparelho de pressão...é...eu...se eu tivesse o aparelho que existe já com voz, tudo bonitinho, eu não iria depender de outra pessoa para que olhasse é ...o visor pra ver como é que está a pressão do paciente, então...é...o termômetro mesmo e outros aparelhos.” (DIS1)

Para enfrentar e solucionar os entraves dessas barreiras é necessário que se observe não somente como sendo a falta de rampas, escadas com barra de apoio (relatos de DIS3 e DIS4), mapas táteis, tamanho de ambientes apropriados, mas sim, como um meio de acolher, atender às necessidades de todos, no acesso livre e digno⁽¹²⁾.

Um estudo em uma universidade portuguesa aponta que este não é somente um fato vivido no contexto universitário brasileiro. Oito estudantes com deficiência revelaram que a acessibilidade e adequação dos espaços é um problema; principalmente em locais que são espaços de socialização, como cantinas e bares da universidade que deveriam ser adaptados ao acesso livre⁽¹⁾.

II. BARREIRAS PEDAGÓGICAS

Apesar de ser o docente o responsável por mediar a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente da sala de aula, o tradicionalismo, bem como o despreparo se mostram como impeditivos para uma ação de inclusão plena⁽²⁾.

De modo a possibilitar um entendimento acerca das práticas pedagógicas exercidas pelas docentes, segue alguns trechos de relatos das discentes:

“Eu acho que eles não sabem como chegar na pessoa ou eles não sabem ou eles evitam, ...chegar por que a gente...é difícil você ver o professor falar...o que você tem?? Você precisa de ajuda?...bom isso é um pouco mais difícil?! Então, não sei...de duas, uma...mas eu sei que o professor...tem que dar atenção...pra ler um slide...a depender da fonte tem que ser um pouquinho maior...aí tem que ficar falando(DIS4)

“...além de ter que lidar com a limitação no meu caso, por exemplo, o visual, ele ainda tem que lidar com o despreparo do professor que muitas é a maior barreira encontrada dentro da universidade.” (DIS1)

As barreiras especificadas nesse estudo tem relação à falta de preparo dos professores de modo a identificar as necessidades das discentes. Nota-se por meio dos depoimentos que os docentes não têm em sua formação inicial e nem continuada a devida preparação para atender às necessidades do alunado com deficiência, promovendo ainda mais a ineficiência da formação docente e despreparo diante das demandas encontradas. Ainda relatam a falta de apoio por parte da universidade. A fala de DOC1 expressa essa falta:

“Pouco apoio, não foi muito apoio para trabalhar não por que é como se fosse: toma o problema é teu, mas o apoio, é, eu não senti o apoio da universidade não.”(DOC1)

Um estudo de⁽¹³⁾ realizado com professores em uma universidade pública federal do Rio Grande do Sul, destaca o que pode atrapalhar no processo de ensino e aprendizagem: as estratégias e metodologias utilizadas, falta de articulação com a realidade de uma pessoa com a deficiência e também a falta de motivação por parte do aluno. E ressaltam a importância da interação e vínculo como aumento da possibilidade de aprendizado. Segundo Duek⁽¹⁴⁾, atuar na perspectiva inclusiva não significa propor novos currículos, mas propor novos métodos, estratégias que redimensionem a prática pedagógica.

III. BARREIRAS ATITUDINAIS

Uma das barreiras mais comuns e constantemente citada em diversos estudos^(15, 16, 10) são as que provém de estereótipos, preconceitos e discriminações, resultando em exclusão⁽¹⁷⁾, o que é bem evidente nos relatos a seguir:

“...apesar de ter alguns colegas que sempre me olham torto. Normal.” (DIS3)

“...em relação aos colegas...é porque é assim...dentro da faculdade a gente passa assim...é cada um por si. Ou é cada um por si ou tem então aquelas panelinhas, dos grupinhos...risos...” (DIS4)

Botelho e colaboradores⁽¹⁸⁾ reafirmam em entrevista realizada com estudantes que as barreiras atitudinais relacionadas ao cotidiano acadêmico estão principalmente ligadas às discriminações por parte de colegas e que em relação aos professores essa barreira fica evidente pela falta de informação e sensibilidade por parte do docente em reconhecer as dificuldades do discente com deficiência na relação com o meio à sua volta:

“...eu ficava de manhã e de tarde na faculdade, o tempo de eu estudar era à noite e nos finais de semana igual eu pegava as disciplinas que eram prioridades na semana e estudava e quando eu chegava em casa eu ouvia as aulas e escrevia as aulas. Pegava os slides do professor no caso que na sala não tinha acesso visual ao slide. Então ele disponibilizava o slide, eu chegava em casa escutava a aula e ia escrevendo minhas anotações dentro do slide do professor e pegava o livro e ia fazendo também as observações que eu achava importante do livro...” (DIS1)

“Por que é importante se ter um foco. Antes eu não tinha nada, não tinha ingressado na universidade... alguns no passado não tinham nível superior, o que se torna difícil, ficar só no terceiro ano... mas é importante ingressar na universidade.” (DIS2)

Segundo Corrêa⁽¹⁶⁾, para os discentes a dificuldade em lidar com as responsabilidades, passa a não ser um problema quando a superação das barreiras sociais é mais relevante. Impostas pelo meio, pela sua deficiência, essas barreiras acabam por influenciar as relações sociais, por que os valores e os sentimentos de pessoas sem deficiência estão diretamente conectados a esses estigmas⁽¹⁶⁾.

IV. FACILITADOR DE PERMANÊNCIA

Esta última categoria a ser discutida diz respeito às ações que são implementadas pela instituição de ensino, pelos professores, família, amigos e colegas, com o intuito de promover a permanência das pessoas com deficiência na universidade⁽¹⁵⁾. Podem ser representadas por ambientes favorecedores, acesso livre a recursos e materiais didáticos, acolhimento e atitudes positivas.

Tais elucidações são evidenciadas segundo as concepções de discentes e docentes abaixo:

“...eu não tive dificuldades quanto a questão do estudo, por que, primeiro que minha família sempre me apoiou graças a Deus. Os colegas, me ajudavam no sentido de estudar junto comigo, e às vezes quando tinha alguma tabela, algum gráfico eu sentava com eles e eles explicavam, descreviam...tive condições desde o começo da faculdade de ter um computador, um notebook, com leitor de tela. Então eu sempre tive a habilidade de estudar sozinha, eu fiz um curso pela internet, um amigo de São Paulo, me deu esse curso, o que facilitou meu processo dentro da universidade.” (DIS1)

Observa-se a importância de um núcleo de apoio dentro da instituição que propicie o suporte adequado aos discentes, garantindo que estes deem continuidade ao do curso até o fim, evitando evasões:

“...do Núcleo de Ações Inclusivas, que é um núcleo que dá um suporte pedagógico, então a adaptação dos materiais, livros, é tudo que eu precisava, de imagem e escrita, quando tinha alguma coisa pra ser anotada e pegar no caderno dos colegas. Eu levava para o núcleo, adaptava e mandava por e mail, então, assim os livros eram digitalizados, escaneados, digitalizados e corrigidos, adaptados, as figuras eram feitas as descrições, então assim eu tive o apoio do núcleo.” (DIS1)

“eu tenho a ajuda das atividades aqui do núcleo, e consigo aprender porque há adaptação de material e sinais e a família...é...sempre tem um pouquinho de problema mas normal.” (DIS2)

“...sem dúvida a presença do intérprete já melhora quase 80% da, dentro da relação.” (DOC2)

“...eu tive ajuda de muitos colegas e de professores também, mas às vezes eu não faço do jeito que todo mundo faz...mas consigo fazer também...o que dificulta mesmo no meu caso, é a escolha da profissão...que eu não vou poder clinicar muito tempo...já sinto o reflexo dela...na graduação, sinto muita dor...mas...”(DIS3)

É interessante apontar que é de suma importância a realização de estudos dessa natureza envolvendo segmentos de docentes e discentes nas Universidades. Desta forma, no Brasil, encontra-se em ascensão a discussão acerca dessa temática⁽¹²⁾. O interesse dos pesquisadores vem aumentando em decorrência do processo de ingresso de estudantes com deficiência em várias universidades brasileiras.

“Sim, eu acho que é possível em qualquer curso, contanto que no caso de uma pessoa com deficiência física ou paralisia cerebral, a gente tem também que ter o conhecimento das tecnologias assistivas, que com essas tecnologias assistivas. Isso dar todo o suporte necessário, além do suporte de pessoal, que isso é fundamentalo atendimento educacional especializado...Temos o núcleo também que dá esse suporte, não é perfeito, ainda não está bem estruturado como deveria ser, não existem essas tecnologias assistivas ainda de forma natural.” (DOC2)

Assim, para que uma universidade torne-se de todo inclusiva, deve eliminar todas as barreiras existentes, no entanto, tal eliminação só pode ser possível quando se leva em conta os sujeitos que vivenciam esse cotidiano.^(19, 20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, pode-se dizer que a inclusão no ensino superior é uma realidade para muitos jovens com deficiência e diversidades socioculturais, mesmo sendo ainda um grande desafio para as universidades responder a essa demanda de maneira positiva e acolhedora.

Através dessa pesquisa pode-se compreender a importância de se realizarem estudos com essa abordagem, pois elucida as necessidades tanto dos discentes no convívio acadêmico, como também da formação docente e todas as dificuldades enfrentadas por estes. Os resultados apontam que os principais limites encontrados para a inclusão no ensino superior foram às barreiras arquitetônicas, representadas como a falta de mais rampas, elevador danificado, as barreiras pedagógicas, como a falta de qualificação adequada e de interação e aproximação do docente em relação às necessidades dos discentes e as barreiras atitudinais referentes ao preconceito e discriminação sofridos por parte de alguns colegas sem deficiência.

Quanto às possibilidades elencadas, as discentes ressaltaram que os facilitadores de permanência na universidade são o apoio da família, amigos e dos colegas, bem como da existência na instituição de um núcleo de apoio às pessoas com deficiência que dá todo o suporte necessário.

Todos os depoimentos são de enorme relevância, a partir do momento em que destacam suas insatisfações, as questões ligadas à exclusão, a sugestão de ações específicas que valorizem o processo inclusivo, promovendo à aceitação da diversidade e se combatendo as atitudes de preconceito. Sob esse contexto, entende-se o quão é necessário que a universidade se destaque como um espaço na sociedade de valorização da cidadania e de respeito à vida. Ainda são necessários o estímulo à desconstrução de crenças e sensibilização por parte dos docentes e da comunidade que permeia a universidade, rompendo principalmente as barreiras atitudinais, prever e promover condições mais acessíveis, para assim tornar a universidade um espaço pleno de igualdade e justiça a todos.

REFERÊNCIAS

1. Fernandes ACR, Oliveira MCSL, Almeida LS. Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: Estudo em uma universidade portuguesa. *Psicologia Escolar e Educacional*. 2016;20(3):483-492.
2. Oliveira RQ et al. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior. *Rev. Bras Ed Esp*. 2016;22(2):299-314.

3. Brasil. Ministério da Educação. Programa incluir: acessibilidade na educação superior. Documento orientador. Brasília, DF: SECADI/SESu, 2013. [citado em mai 2017]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluirpdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192.
4. Antunes AP, Faria CP, Rodrigues SE, Almeida LS. Inclusão no Ensino Superior: Percepções de Professores em uma Universidade Portuguesa. *Psicol. Pesq.* 2013;7(2):140-150.
5. Bisol CA, Valentini CB. Desafios da inclusão: uma proposta para a qualificação de docentes no Ensino Superior via tecnologias digitais. *Revista Portuguesa de Educação.* 2012; 25(2): 263-280.
6. Nogueira LFZ, Nogueira EJ. Inclusão de deficientes no ensino superior: o trabalho docente frente ao processo de inclusão. *Quaestio.* 2014;16(2): 433-449.
7. Espote R, Serralha CA, Scorsolini-Comin F. Inclusão de surdos: revisão integrativa da literatura científica. *Psico-USF.* 2013;18(1):77-87.
8. Minayo MCS. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* Editora Vozes Limitada, 2011.
9. Bardin, L. *Análise de conteúdo.* Lisboa: Edições 70, 1977.
10. Delgado-Sanoja HD, Blanco-Gomez G. Inclusión em La educación universitária. Las palabras y experiências de trás Del proceso. *Rev Electronica Educare.* 2016;20(2):1-18.
11. Guerreiro EMBR. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. *Revista Educação Especial* 2012;25(43): 217-232.
12. Castro SF, Almeida MA. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Rev Bras Ed Esp Marília* 2014;20(2):179-194.
13. Messerschmidt DW, Castro SF. Docência com alunos com deficiência na universidade. *Jourof Res in Special Ed Needs.* 2016;16(S1):394-398.

14. Duek VP. Formação continuada: Análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. *Educ em Rev.* 2014;30(2):17-42.
15. Santos AS. Inclusão de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior da cidade do Natal/RN: análise das condições oferecidas no processo seletivo vestibular. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
16. Corrêa P M. Acessibilidade no Ensino Superior: Instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos. 2014. 281 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014.
17. Nonato DN. Acessibilidade arquitetônica, barreiras atitudinais e suas interfaces com o processo de inclusão social das pessoas com deficiência: ênfase nos municípios de Abaetetuba, Igarapé-Miri e Mojú/PA. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará.
18. Botelho CMC, Silva TKD, Sales TS. Educação inclusiva: da proteção jurídica à aplicação. *Revista Publicum.* 2016;2(2):112-139.
19. Omote S. Atitudes em relação à inclusão no ensino superior. *Journal of Research in Special Educational Needs.* 2016;16(S1):211-215.
20. Furlan F, Ribeiro SM. O processo de inclusão no ensino superior: encontros e desencontros dos sujeitos que participam deste processo. *Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação.* 2015;9(16):384-398

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho utilizou-se da técnica de análise de conteúdo para analisar e descrever as concepções de discentes e docentes acerca de como se dá, em termos de existência e efetividade, a inclusão no ensino superior. Nessa conjuntura, este trabalho buscou trazer contribuições para promoção de melhorias nos cursos de saúde no nível superior, tendo em vista que é possível compreender as dificuldades com as quais estes se deparam e as possibilidades para superá-las.

Assim, entende-se o quanto são relevantes que hajam mais estudos dessa natureza na literatura científica identificando as necessidades de ambos os lados: discente e docente. Os resultados desse estudo evidenciam os principais fatores limitantes à inclusão no ensino superior: barreiras arquitetônicas, nas suas mais diversas representações; as barreiras pedagógicas, mostrando como a precariedade de educação continuada na formação docente distancia ainda mais o aluno deficiente do convívio e aprendizado adequado; e as barreiras atitudinais que tanto revelam o quanto a deficiência é estigmatizada.

É necessário que a universidade se mostre como um espaço dentro da comunidade valorizando a cidadania, a diversidade e a igualdade de direitos. No entanto, entende-se que é preciso desconstruir crenças, derrubar as barreiras da discriminação e promover condições mais acessíveis.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? FÁVERO, O. et al. In: **Tornar a educação inclusiva**. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Brasília, DF, p.11, 2009.

BARBOSA, A. S.; DUARTE, A. C. S. Educação superior para pessoas com deficiência: com a palavra estudantes universitários da cidade de Jequié-Ba. **Revista Faced**, n.15, p.93-110, 2009.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aviso Curricular n. 277, de 8 de maio de 1996**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília-DF, 1996.

BRASIL. Lei n.10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008.

BRASIL. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Decreto Nº 7.612 de 17 de novembro de 2011. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite**. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa incluir: acessibilidade na educação superior**. Documento orientador. Brasília, DF: SECADI/SESu, 2013.

BRASIL. MEC/INEP. **Censo da educação superior**. Brasília, DF. 2014. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, 2015.

CASTRO, S. F. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. 2011. Tese de doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2878/3611.pdf?sequence=1&isAllowed=y2011>>. Acesso em: 30 maio 2017.

DUEK, V. P. Formação continuada: Análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.30, n.02, p. 17-42, 2014.

FARO, A. C. M.; GUSMAI, L. de F. Educação inclusiva em Enfermagem: análise das necessidades de estudantes. **Rev Esc Enferm USP**, v.4, n.1, p. 229-234, 2013.

FERNANDES, A. C. R.; OLIVEIRA, M. C. S. L.; ALMEIDA, L. S. Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: Estudo em uma universidade portuguesa. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.20, n.3, p.483-492, 2016.

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia ciência e profissão**, v.27, n.4, p.636-647, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**, v.25, n.43, p. 217-232, 2012.

GUIMARÃES, C. F. **Ações inclusivas para a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior**: um estudo em IES de Natal-RN. 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2011.

IBGE, 2014. **Censo Brasileiro de 2014**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 25 jun. 2017.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.237-248, Sept. 1993.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. 109p.

NOGUEIRA, L. F. Z.; NOGUEIRA, E. J. Inclusão de deficientes no ensino superior: o trabalho docente frente ao processo de inclusão. **Quaestio**, v.16, n.2, p.433-449, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

PEREIRA, F. J R.; SANTOS, S. R. dos; SILVA, C. C. da. Política de formação inclusiva: percepção de gestores sobre processo de mudanças em instituições de ensino superior. **Rev Bras Enferm**, v.64, n. 4, p. 711-716, 2011.

PIMENTEL, S. C.; SANTANA, L. L.; RIBEIRO, V. Concepções sobre a condição de deficiência: o olhar de estudantes do ensino superior que vivenciam essa realidade. **Cader Pesq em Educ**, v.19, n.38, p.11-34, 2013.

REIS, M. X. dos; EUFRÁSIO, D. A.; BAZON, F. V. M. A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual. **Educação em Revista**, v.26, n.1, p.111-130, 2010.

RODRIGUEZ-MARTÍN, A.; ÁLVAREZ-ARREGUI, E. Universidad y discapacidad. Actitudes del profesorado y de Estudiantes. **Perfiles Educativos**, v.37, n.147, 2015.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, A.C.B.; FROTA, F.H.S. Políticas públicas de inclusão e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior: a experiência da Universidade do Estado do Pará. **Rev. Mestr. Prof. Planej. Pol. Públicas**, 2011.

UNESCO; MEC-Espanha. Declaração de Salamanca e Linha de Ação. Brasília: CORDE. 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DISCENTES

1. Caracterização do(a) entrevistado(a)

Entrevista n°: _____ Início: _____ Término: _____

1.1 Dados Sócio-demográficos

Idade: _____ Sexo: _____

Curso _____

Semestre _____

Deficiência _____

2. SITUAÇÃO EDUCACIONAL

- Que curso você realiza?
- Quando iniciou e terminará o curso?
- Qual o motivo da escolha deste curso?
- Há disciplinas mais fáceis ou mais difíceis de aprender? Quais? Por quê?
- Como é sua relação com os professores e com os colegas?

3. CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR, INCLUSÃO E EXCLUSÃO

- Para você o que é inclusão? E como você define exclusão?
- O que você considera importante para que pessoas com deficiência sejam incluídas no ensino superior? Por que?
- Como avalia suas condições de estudo na instituição? (Espaço físico, os materiais pedagógicos, o auxílio da coordenação, o apoio dos professores, colegas de sala e da sua família)
- Você solicitou algum apoio diferenciado, junto à instituição? Quais?
- Há uma avaliação diferenciada para você? Alguma adaptação foi realizada?
- Você acredita que o professor modifica, de alguma forma, a maneira de te avaliar?

4. COTIDIANO ACADÊMICO

- Como você planeja suas atividades diárias? Fale sobre sua rotina de estudo
- Quais situações facilitam sua inclusão? E quais impedem?
- Quais dificuldades você encontra nos estágios supervisionados?
- Se sente preparado para o atendimento ao público?
- Este espaço é seu. Fique à vontade para fazer os comentários que julgar apropriados sobre as (im)possibilidades de desenvolver seus estudos.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DOCENTES

1. Caracterização do(a) entrevistado(a)

Entrevista n°: _____ Início: _____ Término: _____

1.1 Dados Sócio-demográficos

Idade: _____ Sexo: _____ Profissão: _____

1.2 Dados Educacionais

Formação: () Graduação () Especialização () Mestrado ()
Doutorado

Tempo de atuação docente: _____

Curso a que está vinculado:

Disciplina com discente deficiente:

Fez algum curso ou capacitação sobre inclusão:

2. Questões disparadoras:

- Possui conhecimentos sobre Educação Especial e/ou Educação Inclusiva? Onde obteve esses conhecimentos?
- O que é inclusão? O que o Sr(a) pensa sobre a inclusão de alunos com deficiência no curso em que ministra?
- Qual a metodologia e recursos utilizados na disciplina para favorecer a inclusão do aluno deficiente?
- Como você avalia o processo de aprendizagem do seu aluno com deficiência?
- Em sua opinião, as ações inclusivas desta universidade tem contribuído para a permanência deste aluno na graduação?
- Quais as maiores dificuldades enfrentadas?
- O Sr(a) acha possível a inclusão desses alunos em cursos de saúde?
- Se recebeu ou recebe algum apoio para trabalhar? Qual(quais)?

- Este espaço é seu. Fique à vontade para fazer os comentários sobre as (im)possibilidades de desenvolver a docência com alunos com deficiência nesta instituição.

APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Prezado senhor(a),

Sou Paula Lacerda Leite e estou realizando, juntamente com a professora Ana Cristina Santos Duarte do Mestrado em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), o estudo **“Limites e possibilidades da inclusão de discentes com necessidades especiais nos cursos de saúde do ensino superior”**. Convidamos o(a) senhor(a) a participar da nossa pesquisa, que tem como objetivo: analisar os limites e possibilidades da inclusão de discentes com necessidades especiais nos cursos universitários de saúde. Este estudo poderá contribuir para desvendar entraves à inclusão dos discentes com necessidades especiais, bem como identificar estratégias metodológicas de ensino-aprendizado que vêm sendo utilizadas. Este estudo não prevê riscos para a sua integridade física, mental ou moral. Entretanto, se alguma questão lhe causar desconforto, constrangimento ou incômodo, fique à vontade para não responder a mesma. Sua participação é voluntária e livre de qualquer forma de pagamento, podendo desistir a qualquer momento do estudo, sem qualquer prejuízo e/ou penalidade. Os registros da sua participação nesse estudo serão mantidos em sigilo. Nós guardaremos os registros e somente os pesquisadores responsáveis e colaboradores terão acesso a estas informações. Se qualquer relatório ou publicação resultar deste trabalho, a sua identificação não será revelada. Reiteramos que se houver algum desconforto decorrente deste estudo, o(a) senhor(a) poderá deixar de participar do mesmo a qualquer momento. Se o(a) senhor(a) sentir necessidade de mais informações sobre esta pesquisa, poderá entrar em contato com Paula Lacerda Leite ou Ana Cristina Santos Duarte no endereço da UESB, Av. José Moreira Sobrinho, S/N, Jequié, Bahia, pelo telefone (73) 3528-9738, no Pavilhão Josélia Navarro, na sala do Mestrado em Enfermagem e Saúde ou pelos e-mails: “popoleite@hotmail.com” e

“tinaduarte2@gmail.com”. Ou pode ainda entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UESB, que se localiza no Módulo Administrativo, sala do CEP/UESB ou pelo telefone (73) 3528-9727.

Se o(a) senhor(a) aceitar participar livremente deste estudo, por favor, assine este termo de consentimento em duas vias. Agradecemos sua atenção!

Assinatura do Participante: _____

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____

Jequié-BA, Data: ____/____/_____

ANEXOS

ANEXO A – LISTA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA ATENDIDOS PELO NAIPD

LISTA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA ATENDIDOS PELO NAIPD

NOME	CURSO/INGRESSO	DEFICIÊNCIA
1.	PEDAGOGIA – 2015.1	CEGUEIRA
2.	LETRAS – 2015.1	CEGUEIRA
3.	FISIOTERAPIA – 2012.1	BAIXA VISÃO
4.	QUÍMICA – 2012.1	BAIXA VISÃO
5.	PEDAGOGIA – 2016.1	CEGUEIRA
6.	LETRAS – 2014.2	CEGUEIRA
7.	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – 2012.1	DEFICIÊNCIA FÍSICA
8.	MEDICINA – 2010.1	DEFICIÊNCIA AUDITIVA
9.	LETRAS – 2012.1	SURDEZ
10.	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA) – 2015.1	SURDEZ
11.	PEDAGOGIA – 2013.2	SURDEZ
12.	EDUCAÇÃO FÍSICA – 2014.1	SURDEZ
13.	MATEMÁTICA – 2012.2	SURDEZ
14.	PEDAGOGIA – 2012.2	TRANSTORNO MENTAL
15.	PEDAGOGIA – 2012.1	PARALISIA CEREBRAL
16.	PEDAGOGIA – 2014.1	DEFICIÊNCIA FÍSICA
17.	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA) –	DISLEXIA
18.	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA) – 2011.1	PARALISIA CEREBRAL
19.	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BACHARELADO) – 2015.1	PARALISIA CEREBRAL
20.	ODONTOLOGIA –	PARALISIA CEREBRAL
21.	QUÍMICA-2016.2	DEFICIÊNCIA FÍSICA

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 1.383.458

Benefícios:

"Este estudo poderá contribuir para desvendar entraves à inclusão dos discentes com necessidades especiais, bem como identificar estratégia metodológicas de ensino-aprendizado que vêm sendo utilizadas."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa se insere no campo da educação e das deficiências, aborda a temática da inclusão no ensino superior, especificamente na área da saúde. É de relevância científica e social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os itens obrigatórios foram apresentados.

Recomendações:

Corrigir no TCLE o local do CEP/UESB, pois o mesmo se localiza no prédio do CAP e não no Módulo Administrativo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências solicitadas em parecer anterior foram acatadas pela pesquisadora.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovo ad referendum o parecer do relator em 04/01/2016.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_594936.pdf	21/12/2015 16:17:10		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	02/11/2015 17:35:08	PAULA LACERDA LEITE	Aceito
Outros	comprometimento.pdf	06/10/2015 17:57:24	PAULA LACERDA LEITE	Aceito
Outros	encaminhamento.pdf	06/10/2015 17:56:42	PAULA LACERDA LEITE	Aceito
Outros	pesquisa_ao_iniciada.pdf	06/10/2015 17:56:04	PAULA LACERDA LEITE	Aceito
Outros	declaracao_orientador.pdf	06/10/2015 17:55:21	PAULA LACERDA LEITE	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTAS.docx	22/09/2015 21:33:52	PAULA LACERDA LEITE	Aceito
Projeto Detalhado	projeto.docx	22/09/2015	PAULA LACERDA	Aceito

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro: Jequiezinho CEP: 45.206-510
UF: BA Município: JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 Fax: (73)3525-6683 E-mail: cepuesb.jq@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 1.383.458

/ Brochura Investigador	projeto.docx	21:32:32	LEITE	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	22/09/2015 21:31:49	PAULA LACERDA LEITE	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	22/09/2015 21:30:42	PAULA LACERDA LEITE	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	22/09/2015 21:22:38	PAULA LACERDA LEITE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 04 de Janeiro de 2016

Assinado por:
Ana Angélica Leal Barbosa
(Coordenador)